



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 01/2017

Período: 04/02/2017 – 10/02/2017

GEDES - UNESP

- 1- Governo do Distrito Federal autorizou consultas a documentos sobre o regime militar
- 2- Arcebispo emérito de Olinda e Recife que denunciou o regime militar pode ser canonizado
- 3- Exército pronunciou-se contra a inclusão das Forças Armadas na reforma da previdência
- 4- Tropas federais foram enviadas ao Espírito Santo para conter onda de crimes
- 5- Coluna opinativa considerou que o regime militar não valorizou as forças policiais
- 6- Árabes foram perseguidos durante o regime militar
- 7- Inteligência das Forças Armadas foi solicitada pelo governador do Rio de Janeiro
- 8- Ministério da Defesa será o novo responsável pela navegação aérea da Infraero

1- Governo do Distrito Federal autorizou consultas a documentos referentes ao regime militar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) autorizou consultas ao acervo da Secretaria de Segurança Pública (SSP), contendo documentos referentes ao regime militar (1964-1985), que estavam sob sigilo há 50 anos. Segundo o periódico, o ArPDF autorizou consultas as 100 caixas de documentos confidenciais, referentes ao período que compreende os anos de 1963 a 1990, entre os quais se encontram vários dossiês sobre o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Defesa Interna (DOI-Codi). Segundo a Coordenadora de Arquivo Permanente do ArPDF, Marli Guedes, “os dossiês possibilitam tomar conhecimento da dor das famílias, dos desaparecidos políticos e de como o Estado perseguia a população”. De acordo com o Governo do Distrito Federal (GDF), os documentos são relevantes para resgatar fatos históricos do país. Os documentos também mostram como religiosos brasilienses foram vigiados por agentes do regime. Um dos documentos é uma lista que contém uma descrição minuciosa de todos os padres que atuavam na capital federal, Brasília. A lista traz o nome completo, a idade, a naturalidade e as tendências políticas de cada líder religioso. Entre os documentos disponibilizados pelo ArPDF há ao menos cinco processos decorrentes de casos de envolvimento de militares com prostituição de mulheres, transexuais e homens, denunciados por civis e militares entre 1963 e 1990. Em 1973, dois dossiês sigilosos das Forças Armadas trataram das investigações de exploração sexual, inclusive de adolescentes. Ainda de acordo com a série de reportagens “Brasília Confidencial” do periódico, as páginas finais dos processos, que deveriam ter sido encaminhadas ao Arquivo Público do Distrito

Federal (ArPDF), sumiram. Em coluna opinativa para o *Correio*, o colunista Guilherme Goulart destacou que a abertura dos documentos ao público representa “um passo à frente na história do Brasil”. Goulart também considerou que a abertura de tais documentos se trata de uma questão de justiça, em “nome da memória das vítimas de tortura, espancamento, agressão, escárnio e humilhação diante de homens a serviço do Estado”. (Correio Braziliense – Cidades – 04/02/17; Correio Braziliense – Cidades – 06/02/17; Correio Braziliense – Cidades – 07/02/17; Correio Braziliense – Opinião – 09/02/17)

2- Arcebispo emérito de Olinda e Recife que denunciou o regime militar pode ser canonizado

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, Dom Hélder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife, será canonizado no primeiro semestre de 2017. Conforme informado pelo *Correio*, o arcebispo, natural da cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, viajou para diversos países, durante o regime militar brasileiro (1964-1985), ministrando palestras que denunciavam a repressão do governo à população. Câmara também recebeu quatro indicações ao prêmio Nobel da Paz, tornando-se o brasileiro com maior número de indicações para a premiação, porém, durante as seletivas, o governo militar divulgava dossiês com acusações de que o arcebispo seria comunista e integrante de uma ordem fascista, divulgando fotos da juventude do sacerdote na Ação Integralista Brasileira (AIB). (Correio Braziliense – Brasil – 06/02/17)

3- Exército pronunciou-se contra a inclusão das Forças Armadas na reforma da previdência

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Exército divulgou um informe contrário a “soluções simplistas, genéricas ou que contenham apenas o viés contabilista” em relação à reforma da previdência. Segundo o jornal, o total de agentes ativos nas três Forças - Exército, Marinha e Aeronáutica - chega a 342 mil, enquanto o número de inativos e pensionistas é de 364 mil. Os cofres públicos gastam, com inativos e pensionistas, cerca de R\$ 34 bilhões anuais. As Forças Armadas enfatizam que a profissão tem peculiaridades devido às atividades e à formação, e, portanto não devem entrar na reforma. (Correio Braziliense – Política – 06/02/17)

4- Tropas federais foram enviadas ao Espírito Santo para conter onda de crimes

Conforme noticiado pelos periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o governo federal enviou 200 homens da Força Nacional e ao menos 1,2 mil militares das Forças Armadas à capital do Espírito Santo, Vitória, na noite de 06/02/17. Segundo *O Estado*, o patrulhamento iniciou-se na região metropolitana, que enfrenta uma escalada no número de assaltos e homicídios desde o dia 04/02/17, quando protestos de familiares de policiais militares impediram as viaturas de deixarem as unidades para patrulhamento. As greves da categoria são impedidas pelo Código Penal Militar, e o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) considerou o aquartelamento ilegal. À *Folha*, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que “o contingente será elevado gradualmente de acordo com a necessidade. Vamos ficar aqui e recuperar a normalidade”. Questionado pelo *Estado*, Jungmann negou que a recorrência no uso das Forças Armadas indicava a

falência das instituições de segurança pública e completou: “o crime se nacionalizou. Nenhum governador pode ter o controle ou capacidade de resolver sozinho quando há uma crise.” O comando operacional dos órgãos de segurança do estado foi transferido para o general de brigada Adilson Carlos Katibe, do Exército Brasileiro, após portaria publicada no Diário Oficial do Espírito Santo. De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério da Defesa, esse é um procedimento comum por conta da atuação das Forças Armadas na região. A segurança pública fica sob o comando do general Katibe até o dia 16 de fevereiro, prazo que pode ser prorrogado. *O Estado*, em editorial, afirmou que o auxílio das Forças Armadas na contenção da greve das Polícias Militar e Civil no estado do Espírito Santo é limitado, “estando longe das expectativas nela depositadas”. De acordo com o jornal, a presença das Forças Armadas no patrulhamento das ruas em várias cidades do estado produziu um efeito menor do que o esperado e desejado, já que houve uma pequena redução do número de homicídios, desde a chegada desse efetivo. De acordo com a coluna, as Forças Armadas cumprem um papel complementar na contenção da crise dos servidores da segurança do Espírito Santo, pois “deve-se considerar que os efetivos das Forças Armadas empregados nessas missões de natureza policial não estão adequadamente preparados para elas, porque essa não é sua missão precípua”. A coluna acrescentou que “não se deve criar expectativas indevidas com relação aos militares, como vem ocorrendo com a população que, em desespero com a crise da segurança pública, vê nas Forças Armadas uma tábua de salvação”. (Correio Braziliense – Brasil – 07/02/17; Correio Braziliense – Brasil – 09/02/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/02/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 08/02/17; Folha de S. Paulo – Opinião – 08/02/17; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 07/02/17; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 08/02/17; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 09/02/17; O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – 09/02/17)

5- Coluna opinativa considerou que o regime militar não valorizou as forças policiais

Em coluna opinativa publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, o jornalista Ari Cunha afirmou que o período do regime militar (1964-1985) não foi suficiente para que a população brasileira se lembrasse de valorizar as forças policiais, que, segundo o colunista, ainda são “desprestigiadas e (utilizam) equipamentos obsoletos”. Para Cunha, “o passado não foi suficiente como lição. Não aprenderam nada e não esqueceram nada.” (Correio Braziliense – Opinião – 09/02/17)

6- Árabes foram perseguidos durante o regime militar

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, durante o regime militar (1964-1985), houve perseguição à população árabe no Distrito Federal (DF), Brasília, que ocorreu principalmente, entre as décadas de 1970 e 1980. De acordo com o *Correio*, agentes dos órgãos de repressão do regime militar mantinham sob vigilância os cidadãos oriundos de países como Irã, Síria, Iraque e Líbia, além de integrantes da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Esses cidadãos eram fotografados e tinham endereços, placas de carros e outros dados cadastrados caso participassem de qualquer ato público no Distrito Federal. Os militares brasileiros intensificaram o cerco aos árabes na capital federal após estudantes ocuparem a Embaixada dos Estados Unidos na cidade de Teerã, no Irã, em 04/11/79. Segundo o *Correio*, o temor das autoridades brasileiras aumentou quando a comunidade árabe no DF deu início a uma série de manifestações de caráter anti-americana e antissionista. (Correio Braziliense – Cidades – 09/02/17)

7- Inteligência das Forças Armadas foi solicitada pelo governador do Rio de Janeiro
Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a preocupação de que os servidores da segurança pública do estado do Rio de Janeiro organizassem um motim levou o governador do estado, Luiz Fernando Pezão, a solicitar ao ministro da Defesa, Raul Jungmann, que o setor de inteligência das Forças Armadas fosse acionado para localizar as origens do que chamou de “boatos”. Segundo fonte ouvida pelo periódico, Pezão pediu ajuda em caso de distúrbio. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 09/02/17)

8- Ministério da Defesa será o novo responsável pela navegação aérea da Infraero
De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa ficará responsável pelas atividades de navegação aérea da companhia estatal Infraero, que atualmente passa por uma fase de reestruturação. Segundo o periódico, tal medida retiraria da folha de pagamento da Infraero cerca de 2 mil funcionários (de um total de 10 mil). Esses trabalhadores serão transferidos para uma empresa que será criada pelo Ministério da Defesa. Além disso, a transferência das atividades daria fôlego de quase R\$ 60 milhões ao caixa da empresa estatal (esse prejuízo já chegou a R\$ 200 milhões antes do aumento das tarifas). Procurada pelo *Estado*, a Aeronáutica, responsável pelo assunto, afirmou que, em princípio, será criada uma subsidiária da Infraero e depois uma empresa independente de recursos do Tesouro Nacional. “A empresa será vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), subordinado ao Comando da Aeronáutica.” Segundo informações obtidas pelo jornal, a previsão é de que, em um ano, a empresa já esteja em operação. De acordo com uma fonte ligada às negociações, a medida já tem consenso por parte das equipes do governo, que incluem Ministério do Planejamento e Casa Civil. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 09/02/17)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Supervisora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Fabiane Serrão Cortes Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira

(Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)